

NOVO CORTE: Endividamento federal cresceu em R\$ 55 bi no ano passado

Dívida pública aumenta mas prazos ficaram maiores e custos menores

Redução dos juros ajudou e venda de papéis prefixados melhorou perfil

Vivian Oswald

• **BRASÍLIA.** A dívida mobiliária (em títulos) do governo federal cresceu R\$ 55 bilhões durante o ano 2000, passando de R\$ 456,8 bilhões em fevereiro para R\$ 511,7 bilhões em dezembro, um aumento de 12% no período. Os dados foram divulgados ontem pelo Tesouro Nacional. Não fosse o efeito positivo da queda dos juros nos últimos meses, a dívida teria crescido mais.

A estimativa do governo é de que a nova redução da taxa Selic de 15,75% para 15,25% ao ano, decidida anteontem pelo Banco Central, possa reduzir essa dívida em mais R\$ 1,8 bilhão nos próximos 12 meses.

A participação dos títulos prefixados no total da dívida terminou o ano em 14,93% — a maior do ano — contra os 10,35% de fevereiro. O número é positivo e mostra que o Tesouro vem mantendo a sua estratégia de trocar papéis pós-fixados (corrigidos pela taxa Selic) por prefixados, o que aumenta a possibilidade do governo ter previsão sobre os encargos da dívida. Com pagamento pós-fixado, só se sabe quanto é devido no momento do vencimento do título.

No entanto, até outubro de 1997, pouco antes da crise da Ásia, a participação desses títulos pós-fixados na dívida era muito maior: de 65%. Os pós-fixados correspondem a 52,14% hoje e eram 56,64% em fevereiro.

Prazo médio de títulos passou de 17,6 para 30,3 meses

O prazo médio da dívida pública federal também está aumentando e fechou o mês de dezembro no melhor patamar do ano. Chegou a 29,79 meses, contra 26,58 meses. Portanto, além de aumentar o volume de papéis prefixados, a dívida es-

Como a dívida cresceu

• Mesmo com a redução da taxa de juros básica da economia (Selic) de 19% ao ano em janeiro de 2000 para os atuais 15,25%, a dívida mobiliária federal continuou crescendo. Aumentou em 11 meses no ano passado. Na verdade, essa dívida cresceu menos do que deveria se a taxa de juros fosse mantida elevada.

Mantida a taxa real de 1997, por exemplo, próxima de 20% ao ano, a dívida brasileira passaria para mais de R\$ 610 bilhões em janeiro do ano que vem.

No entanto, segundo técnicos do governo, a taxa real apontada para este ano até agora é de 10,88% (considerando a inflação medida pelo IPCA do IBGE em 4%), o que elevaria a dívida em títulos para cerca de R\$ 560 bilhões nos próximos 12 meses.

Outro motivo para o crescimento da dívida mobiliária é que a Taxa Selic corrige praticamente a me-

tade dos títulos — 52,14%. A outra metade é corrigida por outros índices.

Segundo o Tesouro, 22,23% do total são corrigidos pelo câmbio. Outros 4,7%, pela Taxa Referencial (TR).

Há ainda 0,07% dessa dívida que é corrigida por outros indicadores.

Isso quer dizer que, apesar da queda da taxa Selic, que impede um crescimento maior do estoque da dívida, esses outros índices puxam para cima a outra metade da dívida em títulos brasileira.

Somente 14,93% dessa dívida é prefixada. Por isso, o governo vem trocando os títulos pós-fixados por prefixados.

Quanto menor a dívida corrigida pelos diversos índices, menor o seu crescimento e maior a sua previsibilidade.

Os títulos prefixados já têm a sua rentabilidade definida.

tá sendo alongada, o que é um sinal de confiança dos investidores que aceitam comprar papéis mais longos.

O Tesouro justificou esse resultado pelo aumento nos prazos dos títulos que vêm sendo emitidos de 17,69 meses em fevereiro para 30,31 meses em dezembro. A intenção é aumentar ainda mais os prazos para dar ao governo folga para pagar ou rolar a sua dívida. Está previsto para este mês um leilão de oferta firme de títulos prefixados de 24 meses.

A operação serviria como um termômetro no mercado para saber se há espaço para

emitir papéis com esse mesmo perfil, porém com prazos superiores a dois anos.

Em dezembro, houve vencimentos de R\$ 18,2 bilhões, incluindo resgates antecipados de LTNs no valor de R\$ 1 bilhão e vendas feitas por meio de ofertas públicas no valor de R\$ 16,4 bilhões. Com isso, houve resgate líquido dos títulos públicos no valor de R\$ 1,8 bilhão. Segundo o Tesouro, diante do cenário interno e externo mais favorável foi possível rolar integralmente os vencimentos dos títulos de rentabilidade prefixada e os de rentabilidade definida pela taxa Selic. ■